

A ideologia espacial na patrimonialização e gestão de bens culturais em áreas gentrificadas¹

Marcelo Antonio Sotratti

✉ mar_sotratti@yahoo.com.br

Resumo

O presente artigo aborda o conceito de ideologia espacial aplicado aos processos de patrimonialização e gestão de bens culturais, dando ênfase àqueles situados em áreas que passam por processos de gentrificação. Nesse sentido, ressalta algumas questões importantes que envolvem este conceito, como a apropriação ideológica do conteúdo simbólico das paisagens constituídas por bens patrimonializados, e a redução narrativa dos discursos e imagens produzidos pelos agentes responsáveis por tais processos. Também analisa o papel do turismo como elemento central na afirmação dessas ideologias e como uso estratégico dos grupos hegemônicos envolvidos no desenvolvimento econômico de tais áreas.

* * *

PALAVRAS-CHAVE: ideologia espacial, patrimônio cultural, gentrificação, paisagem, turismo.

1 Este artigo é baseado na Tese de Doutorado intitulada “Imagem e Patrimônio Cultural: as Ideologias Espaciais da Promoção Turística Internacional do Brasil — EMBRATUR 2003-2010” (SOTRATTI, 2010), sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Maria Tereza Duarte Paes.

Introdução

Na produção turística das cidades atuais, a paisagem torna-se um poderoso elemento que orienta o processo de turistificação e de mercantilização do território, uma vez que por meio de seu conteúdo simbólico alcançam com maior eficácia os resultados econômicos pretendidos em tais áreas.

As paisagens turistificadas, repletas de objetos novos e antigos, inovações arquitetônicas, elementos tecnológicos e cenários criativos, expressam as representações simbólicas de interesse das lideranças hegemônicas, na tentativa de induzir formas de apropriação e consumo intensivo que se adequem aos objetivos do sistema capitalista globalizado.

Fragmentos de paisagens são intencionalmente selecionados pelos gestores da atividade turística como amostras de uma totalidade urbana idealizada segundo critérios do mercado e como uma justificativa concreta para os discursos ideológicos de planos de turismo que o enaltecem como instrumento de desenvolvimento urbano, econômico e social das cidades atuais.

As imagens de paisagem apropriadas pela promoção turística valorizam os conteúdos simbólicos expressos em sua materialidade e colaboram com a construção de um imaginário coletivo do turismo calçado em realidades parciais da cidade, muitas vezes criadas por intencionalidades políticas e econômicas de grupos hegemônicos. A ideologia espacial (BERDOULAY, 1985) faz-se presente em todo esse processo e permeia as relações entre os agentes responsáveis pelo turismo e o território urbano.

A apropriação turística do patrimônio cultural brasileiro, que sempre privilegiou paisagens de centros históricos de alta repercussão midiática, apresenta-se hoje como defensora da diversidade cultural brasileira e coloca-se como o instrumento central de divulgação de um Brasil plural, miscigenado e moderno, na intenção de alterar a então consolidada imagem do Brasil exótico, de pele morena e sensual, dançando pelas ladeiras de nossas cidades históricas.

O turismo cultural ora proposto pelos órgãos oficiais de turismo se apresenta como estratégia central de processos de refuncionalização e gentrificação de áreas tradicionais e de bens culturais com forte apelo simbólico e cultural. O Porto Maravilha no Rio de Janeiro se constitui num amplo programa de gentrificação da antiga região portuária da cidade do Rio de Janeiro. Consagrado como o palco das atividades culturais e sociais dos Jogos Olímpicos do Rio 2016, as áreas requalificadas se tornaram um símbolo de apropriação pública e turística do

território carioca, tendo como pano de fundo o patrimônio cultural presente na região e o valor tradicional e histórico da área.

A patrimonialização de bens culturais desta área portuária, como a candidatura do “Sítio Arqueológico do Cais do Valongo” a Patrimônio da Humanidade pela UNESCO, consiste em importante material para demonstrar a contribuição dos estudos geográficos no campo de pesquisa e gestão do patrimônio cultural. Nesse sentido, o presente artigo tem como objetivo discutir o conceito de ideologia espacial, assim como a sua relação com as paisagens patrimonializadas e apropriadas pela atividade turística.

A ideologia espacial e o reducionismo simbólico dos espaços e paisagens produzidos pela refuncionalização de áreas patrimonializadas

Ao afirmar que o espaço consiste num conjunto híbrido de sistemas de objetos e sistemas de ações, Santos (1997) ressalta que essas relações entre objetos e ações expressam a intencionalidade de determinados grupos hegemônicos sobre a cidade. Essa intencionalidade demonstra a forma como tais grupos produzem o espaço, adequando-o aos interesses da produção capitalista, de classes dominantes e às ordens hegemônicas locais ou globais.

A intencionalidade revela o universo cultural e o sistema de ideias que envolvem o homem em seu meio (SANTOS, 1997). Como elemento mediador entre objetos e ações, ela pode ser percebida pela força do caráter simbólico expresso nos objetos e nas paisagens. Expressões culturais, costumes, discursos e ideologias são percebidos e permanentemente criados, recriados e reinventados no espaço por meio de representações materiais e simbólicas.

O turismo, ao se apropriar de centros históricos como espaços de lazer e consumo, revela processos ideológicos com novos conteúdos simbólicos associados aos interesses dos grupos hegemônicos que atuam nesses locais. A relação entre intencionalidade e ideologia se torna, assim, um elemento de análise diferencial da dinâmica espacial, pois revela os processos sociais da produção simbólica e material do espaço geográfico.

Ao discutir o processo ideológico que permeia a sociedade contemporânea, Eagleton (1997) traduz a essência do que seria ideologia. O autor considera a ideologia como um processo de produção de significados, signos e valores na vida social ou mesmo como diferentes formas de pensamento motivadas por interesses sociais. Tais significados traduzem a forma como diferentes agentes sociais compreendem o mundo e conjugam suas ações para aproximar a realidade aos seus interesses.

Thompson (1995), ao fazer uma análise crítica sobre os conceitos de ideologia, sustenta que o conceito de ideologia deve ser usado para referir às maneiras como o sentido — significado — serve, em circunstâncias particulares, para estabelecer e sustentar relações de poder presentes em relações de dominação. Dessa forma, o estudo de ideologia requer a análise de como o sentido é construído e usado nas formas simbólicas, como nas falas cotidianas, nas imagens e nos textos produzidos. Daí a necessidade de investigação dos contextos sociais nos quais as formas simbólicas são empregadas e articuladas.

Para Althusser (1992), ainda que do ponto de vista de uma abordagem estruturalista da economia e não das representações simbólicas da cultura, ressalta que a reprodução das forças produtivas e das relações de produção exige total submissão à ideologia da classe dominante de uma formação social, através de ações de poder ou aparelhos ideológicos. Segundo o autor, os aparelhos ideológicos consistem em ações institucionalizadas ou simbolicamente estruturadas para expressar a ideologia do Estado. O planejamento urbano, por exemplo, consiste num aparelho ideológico eficaz que impõe ideologias políticas ou econômicas à produção e organização do espaço.

O planejamento urbano como aparelho ideológico proposto por Althusser pode ser utilizado como um dos aparelhos coercivos do Estado através da organização e ordem espacial. Se analisarmos, por exemplo, o projeto de criação de Brasília observamos que as justificativas da centralidade territorial e formação de um mercado interno brasileiro não superam os ideais de concentração de poder e afirmação de uma identidade nacional baseada no desenvolvimento industrial (PENNA, 2000; VESENTINI, 1985; ROSSETTI, 2009).

O neoliberalismo, dentro de sua lógica produtiva, exige espaços contínuos de circulação e de concentração de infraestruturas para a realização de negócios na escala local ou global (MEYER et al. 2002). O planejamento urbano estatal, ao desenvolver projetos de expansão viária ou operações urbanas especiais que atraiam investidores privados, acaba por desenvolver mecanismos de controle que caminham — ou abrem caminho — em direção aos interesses do mercado.

Segundo Vainer (2000), o planejamento estratégico vem ocupar o espaço vazio deixado pelo tradicional padrão tecnocrático, centralizado e autoritário através de uma ação combinada entre diferentes agências multilaterais e de consultores internacionais. Novos mecanismos de controle, embora vinculados às parcerias público-privadas e ideologias do mercado, ainda colocam o Estado com papel centralizador na produção do espaço urbano, por meio de ações e normas impositivas e excludentes.

A ideologia de mercado também se apropria do espaço para se legitimar. A expansão e o incentivo do consumo induzido pelas transformações tecnológicas no processo produtivo industrial certamente representam parte da lógica socioespacial das cidades contemporâneas. A cultura de consumo transforma as paisagens urbanas em instrumentos de sedução e promoção de produtos e serviços favorecendo sua identificação com as classes dominantes e implicando, por sua vez, na alteração da ordem moral e simbólica das cidades (HARVEY, 2002).

A apropriação do espaço na legitimação de ideologias da vida social é designada por Berdoulay (1985) como ideologia espacial. Segundo ao autor, as ideologias se constituem como parte integrante da vida social à medida que produzem significados na relação do homem com seu meio. O espaço, segundo o autor, assume lugar central para a compreensão do universo ideológico que permeia as relações sociais, uma vez que as representações simbólicas contidas na produção do espaço revelam os processos intencionais de determinados grupos ou ordens hegemônicas.

A partir de uma análise crítica do conceito de ideologia de Althusser, Berdoulay (1985) ressalta que a ideologia pode ser representada por um sistema de representações — mitos, ideias ou imagens — formados num contexto histórico que responde aos anseios de determinada classe dominante. A relação de dominação ideológica se dá através de uma falsa consciência, de forma a permitir a reprodução dos interesses dessa classe dominante.

Berdoulay (1985, p. 209) aponta três eixos de aproximação da ideologia com o espaço: os “conflitos sociais gerados por imposições ideológicas, o poder simbólico da cultura e da paisagem e a aproximação entre totalidade e finalidade no espaço”.

O primeiro eixo sugere a compreensão dos conflitos espaciais gerados por imposições ideológicas. Segundo o autor, os discursos produzidos pela ideologia assumem um papel impositor, uma vez que visam assegurar os interesses das classes hegemônicas de forma consciente na apropriação do território. A relação de imposição ideológica gera seguramente diferentes níveis de tensão política, cultural ou social no espaço e coloca, segundo o autor, a ideologia dentro de um contexto social de conflitos inerentes à sua existência.

O segundo eixo de aproximação entre a ideologia e o espaço consiste, segundo Berdoulay (1985), no poder simbólico da cultura e da paisagem. O caráter impositor da ideologia implica na construção de valores simbólicos. Tais valores simbólicos externalizam a manipulação da ideologia, mascarando algumas práticas sociais ou culturais e evidenciando outras. A manipulação ideológica se dá,

segundo o autor, através da associação de objetos espaciais a diferentes valores simbólicos, constituindo um sistema simbólico de dominação, como aponta Bourdieu (2009).

As produções simbólicas, como acentua Bourdieu (2009), constituem-se em eficazes instrumentos de dominação uma vez que expressam o poder de construção da realidade a partir de uma idealização de ordem social ou cultural. Tais sistemas simbólicos, como a cultura, a religião, muitas vezes cumprem a função de imposição ou legitimação da dominação, assegurando os interesses de determinado grupo social em relação a outros.

O poder simbólico (BOURDIEU, 2009) exige uma materialização perceptiva e estruturada que o assegure, através de objetos simbólicos. Para Berdoulay (1985), a paisagem consiste numa categoria espacial de alto conteúdo simbólico, materializando expressões ideológicas de dominação de forma subjetiva.

Os objetos simbólicos passam por um processo de produção e consagração (BOURDIEU, 2009), esta relacionada diretamente ao modo de produção de determinado objeto simbólico. Objetos produzidos e reproduzidos dentro de uma esfera aceitável do ponto de vista cultural e intelectual recebem imediatamente a consagração dos grupos hegemônicos e assim, tornam-se objetos de dominação subjetiva. Em contrapartida, se determinados objetos são produzidos dentro de uma linha de produção industrial, podem apresentar relutância significativa de aceitação por parte desses grupos.

Se tomarmos como exemplo a paisagem como elemento simbólico, observamos que as paisagens compostas de edifícios com alto valor histórico transformam-se facilmente em objetos de consagração por um grupo cultural dominante. A paisagem se torna um objeto de poder simbólico, reproduzido como patrimônio cultural e consagrado por um grupo hegemônico.

Micelli (2009) adverte, no entanto, que objeto simbólico serve para exprimir algumas demandas por significados, mas também pode oferecer elementos significantes visados pelos interesses e reivindicações dos diversos grupos sociais. O patrimônio turistificado constitui-se num ótimo exemplo dessa relação. Para o mercado turístico globalizado o patrimônio cultural se reduz a um cenário, uma vez que os elementos significantes de atratividade turística estão presentes no conjunto das fachadas antigas ou esteticamente elaboradas.

O terceiro eixo de aproximação entre o espaço e a ideologia consiste, segundo Berdoulay (1985), na aproximação entre a totalidade e a finalidade no espaço. Segundo o autor, a totalidade define-se a partir de uma finalidade objetiva e direcionada, da mesma forma que a finalidade se constrói segundo diferentes

níveis de totalidade. Essa discussão permite compreender a relação entre os territórios e a intencionalidade. Berdoulay afirma que a construção de territórios por diferentes grupos sociais exhibe uma totalidade moldada por diferentes intencionalidades.

As intencionalidades expressas nas ações sobre os territórios constituem-se em práticas ideológicas que imprimem nos espaços seus valores, suas finalidades e suas razões de existência. A intencionalidade, segundo Berdoulay, dá sentido à noção de totalidade e permite a construção de um limite, mesmo que não nitidamente definido, da totalidade do território ou dos limites de inúmeras territorialidades.

A relação entre finalidade e totalidade na legitimação de ideologias espaciais também pode ser observada na seleção arbitrária de alguns espaços da cidade por parte de grupos hegemônicos do território (BERDOULAY, 1985). Segundo o autor, essa seleção espacial reforça a necessidade de controle espacial de alguns grupos sociais, culturais ou econômicos para reforçar uma identidade construída através de discursos ou práticas ideológicas.

Na requalificação urbana, estratégia de refuncionalização de áreas dotadas de infraestruturas e de patrimônio cultural, o discurso ideológico apoia-se no sentido de dar novo significado à cidade fragmentada, com o objetivo de selecionar e incorporar, de forma globalizada, os espaços renegados pelo novo sistema de produção. Essa seleção e pseudo-incorporação espacial reiteram a relação entre finalidade e totalidade colocada por Berdoulay (2005), onde o discurso central da requalificação urbana evidencia processos ideológicos do Estado na tentativa de inclusão social de uma população marginal em novos espaços saudáveis e revalorizados, onde relações sociais incluídas seriam estabelecidas e reforçadas por novas funções urbanas.

As intencionalidades expressas pelas ações adotadas em tais áreas expressam valores e ideais do desenvolvimento urbano e econômico globalizado. De acordo com Portas (2001), as funções atribuídas às áreas requalificadas devem valorizar a diversidade apreciada na sociedade contemporânea e, ao mesmo tempo, reforçar a centralidade perdida por essas áreas. Atividades sofisticadas ligadas ao setor terciário e quaternário associadas a consumo, serviços especializados em lazer e cultura são alguns exemplos positivos citados pelo autor. Observa-se uma tendência de refinamento tecnológico e de informação que propiciam a transformação ideal de tais áreas, ou seja, a modernização de uma área obsoleta que não atende mais aos anseios das cidades globais.

Das atividades normalmente apreciadas pelos urbanistas responsáveis pela requalificação, o turismo, o lazer e a indústria cultural talvez sejam as mais presentes. O turismo e a indústria cultural passaram a assumir um papel fundamental na requalificação urbana em diversas localidades do mundo, pois, de acordo com suas necessidades de produção e de marketing, a seleção e a apropriação de um espaço urbano emblemático para o sucesso de suas estratégias se faz necessário. A presença e a concentração de edifícios ligados à história e à cultura são, portanto, a oportunidade ideal de promover a vitalidade e o consumo desejados pelos planejadores.

A ideologia espacial defendida por Berdoulay (1985) se legitima nos lugares da memória a partir da seletividade de paisagens de alto peso simbólico que passam a sustentar discursos e práticas de interesse dos grupos hegemônicos e a sofrer intervenções que alteram seu sentido de lugar da memória.

Vários exemplos mundiais e nacionais retratam essa iniciativa, como a cidade de Barcelona que, aproveitando os recursos financeiros e parcerias que os Jogos Olímpicos de 1992 proporcionaram, refuncionalizou toda a antiga área portuária obsoleta e criou novos espaços de lazer, habitação e consumo aproveitando-se do cenário portuário tradicional que projetou a cidade durante vários séculos. Apresentando para o mundo uma série de ações, consideradas por seus idealizadores como inédita e de vanguarda, o modelo catalão de requalificação se propagou em diversas cidades europeias e americanas, como o caso do “Porto Maravilha” do Rio de Janeiro e do “Puerto Madero” em Buenos Aires.

Tomando o exemplo catalão, Berdoulay (2009) identifica um processo de redução narrativa do patrimônio cultural, observando as intervenções realizadas na cidade. Para o autor, a seletividade de áreas estratégicas como objetos de refuncionalização e valorização paisagística tiveram um objetivo claro de criar e fortalecer uma nova imagem urbana e atrair categorias de turistas dispostos a consumir mais os produtos oferecidos pela cidade.

Ao implantar as ações urbanísticas e projetar a nova imagem da cidade pela promoção turística, toda a complexidade e diversidade histórica, social e cultural que construíram sua identidade durante séculos foi reduzida a uma imagem estereotipada de cidade moderna, viva e reciclada. A redução narrativa apoiada pela imagem criada pelo planejamento urbano foi, segundo Berdoulay (2009), institucionalizada pelos diversos órgãos de planejamento e reproduzida, de forma generalizada, em diversos espaços da cidade.

Os efeitos perversos da redução narrativa do patrimônio, praticado pelas políticas e ações do planejamento turístico consistem, sobretudo, na eficácia desses

programas e na velocidade em que tais intervenções são incorporadas pelo imaginário dos turistas e moradores. Da mesma forma, através da associação direta da imagem projetada pelo marketing de cidades com a refuncionalização urbana, o espaço passa a ser elemento de visibilidade ideológica impregnando discursos de revalorização, segurança e civilidade (BERDOULAY, 2005).

Os novos espaços criados na refuncionalização do patrimônio limitam-se a cenários para uma nova forma de sociabilidade urbana e funcionam, segundo Arantes (1995, p. 143), como grandes vitrines publicitárias. Tais cenários despertariam, segundo a autora, um “espírito cívico”, um “orgulho nacional”, mas não necessariamente uma “vida pública integradora, democrática e identitária”. Ortiz (1992, p. 142) reitera tal colocação afirmando que a paisagem se descontextualiza do seu sentido histórico original, mas assume uma espécie de elemento articulador do passado e presente evidenciando símbolos nacionais. A ideologia de um Estado que afirma seus valores nacionais se faz presente de forma fluida, uma vez que o caráter mercantilista e cenarizado de tais intervenções reforçam a ideologia mercadológica que alimenta o planejamento e gestão dessas áreas.

O turismo — atividade principal praticada em tais locais — exerce um caráter de exaltação e legitimação de práticas de preservação do patrimônio e respeito à memória. O novo caráter simbólico e pseudo-democrático do patrimônio turistificado sublima a redução narrativa exercida ideologicamente pelo planejamento e extrapola um sentido distorcido de lugar da memória para a cidade e para o mundo.

A intensa apropriação por visitantes e moradores da cidade do Rio de Janeiro nos espaços públicos e privados requalificados pelo Programa “Porto Maravilha” durante os Jogos Olímpicos do Rio 2016 (figura 1) revela nitidamente o processo de redução narrativa defendido por Berdoulay (2009), onde a grande mídia nacional e internacional coroou o local como o grande palco cultural da cidade, minimizando ou ignorando a diversidade cultural e espacial que a cidade do Rio de Janeiro reúne. Interessante notar que a redução narrativa expressa no processo de refuncionalização da região portuária do Rio de Janeiro se projetou como espírito totalizante da cultura e do patrimônio histórico da cidade superando, inclusive, outros marcos consagrados pelo turismo nacional e internacional, como os bairros de Copacabana, o Corcovado e o Pão de Açúcar.

Figura 1. “Boulevard Olímpico” — região portuária do Rio de Janeiro — durante os Jogos Rio 2016.



Fonte: <http://odia.ig.com.br/diversao/2016-08-18/boulevard-olimpico-fecha-programacao-com-medalha-de-ouro.html>

Nesse contexto, vale apontar a existência de um processo de patrimonialização que merece ser observado dentro da perspectiva de análise da ideologia espacial: a candidatura do Cais do Valongo a Patrimônio da Humanidade. Sua localização no epicentro das intervenções requalificadoras do Programa Porto Maravilha e os argumentos expostos em seu dossiê de candidatura expressam nitidamente processos ideológicos distintos e conflitantes na proposta de seus defensores, no caso, a Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro e o IPHAN — Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Patrimonialização em áreas gentrificadas: legitimidade cultural ou oportunidade de negócios?

O Programa Porto Maravilha consiste numa operação urbana e estratégica planejada pela Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro. Em 2009, a Lei Municipal nº 101/2009 criou a Operação Urbana Consorciada da Área de Especial Interesse Urbanístico da Região Portuária do Rio de Janeiro. Sua finalidade foi promover a reestruturação local, por meio de amplas intervenções nos espaços públicos da região, e do estímulo à presença de grandes empresas transnacionais na área de

forma a criar uma nova dinâmica social, econômica e urbana para essa área da cidade (PMRJ, 2014).

A Prefeitura do Rio criou a Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro (Cdurp), para gerir e fiscalizar a revitalização. A Concessionária Porto Novo foi contratada via licitação para executar as obras e prestar serviços públicos municipais até 2026, na forma de parceria público-privada. Dentre as obras contratadas estão a construção e renovação das redes de infraestrutura urbana, mobilidade, lazer e cultura para a região.

Ao analisarmos mais detalhadamente o Porto Maravilha, observamos três situações distintas e importantes para a análise do processo de transformação de toda essa grande região portuária: a subárea do Morro da Providência, a subárea que envolve os bairros da Saúde, Gamboa e Santo Cristo e a subárea em torno da Praça Mauá, que merece uma discussão específica em relação ao objeto desta análise, ou seja, a ideologia espacial que envolve processos de patrimonialização de bens culturais.

As intervenções realizadas no Morro da Providência e em seu entorno, mais notadamente a implantação de um teleférico unindo a estação central do Brasil à Cidade do Samba, demonstram claramente duas formas paralelas de ideologias espaciais: a primeira seria a inclusão dessa importante área histórica e simbólica da cidade na lógica globalizante por meio de equipamentos e atividades culturais de forte apelo turístico.

Cabe lembrar que o carnaval carioca e os teleféricos estão consolidados no imaginário coletivo como atividades de forte natureza turística, contemplativa e de festa. Se analisarmos o caso do Complexo do Alemão (outra favela carioca que sofreu grandes intervenções urbanas e também a implantação de um teleférico), observamos que o teleférico foi usado massivamente por turistas, que sobrepassavam a favela e a contemplavam como um grande cenário idealizado. A maior parte da população ainda continua a utilizar os meios de transporte público e alternativos nos fundos de vale, que contribuem com um deslocamento mais eficiente dentro e fora da comunidade. Atualmente, os intensos confrontos entre traficantes e a polícia militar praticamente inviabilizaram a apropriação turística deste equipamento de mobilidade urbana como também das próprias comunidades que compõem o Complexo de Favelas do Alemão.

Na terceira e grande subárea restante da região portuária, composta pelos bairros da Saúde, Gamboa e Santo Cristo observamos claramente um processo de gentrificação liderado pelo poder público e pela indústria imobiliária. O programa Porto Maravilha prevê a ocupação dessa área por grandes empreendimentos

imobiliários, que vem sendo incentivados pela venda de Certificados de Potencial Adicional Construtivo (CEPAC), ou seja, concessões de índices construtivos superiores àqueles permitidos pela Lei de Zoneamento.

A paralela e intensa ação de marketing realizada pelo projeto e pela grande mídia durante o período dos Jogos Olímpicos do Rio 2016 tem a clara intenção de atrair possíveis investimentos que vão alterar completamente o espaço e a paisagem dessa grande área. Grandes e monumentais edifícios imersos em extensos espaços abertos de uso e acesso controlado certamente podem estabelecer uma nova dinâmica socioespacial nessa área.

Ao analisarmos casos semelhantes, constatamos que o processo de especulação imobiliária resultante dessas transformações contribui com a expulsão da população residente, a vinda de novos moradores e empresários — característicos da gentrificação — e o esvaziamento dos espaços públicos em detrimento de novos equipamentos de consumo e lazer.

O turismo nessa grande área também é colocado pelos idealizadores do Projeto como uma atividade estratégica de desenvolvimento e renovação urbana. Novos hotéis e centros de convenções previstos servirão para consolidar a lógica vertical que se pretende para essa região.

Na região da Praça Mauá (figura 2) observa-se a concentração de intervenções culturais e turísticas que revelam um claro processo de turistificação dessa área: a presença de dois grandes museus (M.A.R e Museu do Amanhã), a modernização do terminal de passageiros do Porto, a construção do boulevard na avenida Rodrigues Alves e consagrado atualmente como o “Boulevard Olímpico” e a refuncionalização e intensificação de atividades culturais e de lazer no entorno do antigo cais do Valongo.

Figura 2. Praça Mauá, região portuária do Rio de Janeiro



Fonte: <https://www.flickr.com/photos/rickipanema3/20899513823>

Essas intervenções demonstram uma possível predominância de atividades voltadas ao turismo cultural. Embora observemos inúmeras atividades programadas que envolvem a comunidade local, a monumentalidade dos novos edifícios e a estetização da paisagem dos espaços públicos, integrada por um novo meio de transporte — o VLT (Veículo Leve sobre Trilhos) — podem contribuir com a fragmentação dessa importante área com o restante da região portuária e, sobretudo, transformar os usos tradicionais e alterar a representação simbólica de todo o patrimônio ali existente.

Durante os Jogos Olímpicos essa região concentrou uma série de atividades culturais e de entretenimento que atraiu milhares de visitantes e moradores para a área. Embora a grande mídia nacional e internacional tenha sublinhado a recente recuperação desta antiga área histórica da cidade, os megashows e as dezenas de equipamentos de consumo e lazer reiteraram a futura vocação desta região como um novo espaço turístico da cidade.

Em nenhum momento se observou a valorização das expressões culturais tradicionais dessa porção histórica da cidade, mas sim o enaltecimento de espaços de exposição de grandes marcas transnacionais, shows de cantores renomados e a proliferação de “foodtrucks” pelos espaços públicos do Boulevard Olímpico.

Nesse sentido, devemos realizar uma reflexão atenta dos grandes projetos modernizadores que possuem um discurso voltado a palavras como integração, modernização e legado. Embora sejam incontestáveis a qualidade e os ganhos de tais projetos para a região e para a cidade, a análise dos processos ideológicos que envolvem tais ações é fundamental para se compreender os resultados reais para a

população local bem como sua conexão com a dinâmica urbana do restante da cidade.

Nesse sentido, vale analisarmos o processo de patrimonialização do antigo cais do Valongo, presente nessa grande subárea agora consagrada pelo turismo. Em 2010, quando a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro iniciou as intervenções urbanas de infraestrutura previstas no Porto Maravilha na área onde hoje se encontra exposto o antigo Cais do Valongo, o IPHAN solicitou à Prefeitura a realização de projeto de pesquisa arqueológica na área, de acordo com a legislação vigente acerca da identificação e proteção de bens arqueológicos em áreas objeto de grandes projetos e obras.

Segundo o dossiê de candidatura do Cais do Valongo a patrimônio mundial (IPHAN/PMRJ, 2016) já era de conhecimento público e acadêmico a importância arqueológica da área. Além de ter sido um local de convívio e interação social entre a população negra cativa e liberta, foi também a área de chegada e comercialização do enorme número de africanos escravizados, o que se confirmou durante as escavações realizadas pela equipe de arqueologia do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Da mesma forma, o dossiê ressalta que na memória da comunidade local, aquela era uma região de desembarque dos navios trazendo cativos da África e de longa história de presença negra. Devido ao seu forte caráter simbólico, o que levou à consagração dessa porção do Porto como “Pequena África”, surgiram grupos culturais e sociais, bem como espaços de reunião com caráter religioso e festivo, marcando-a culturalmente como lugar de memória e celebração das heranças africanas. Dentre esses grupos, destacam-se o Quilombo da Pedra do Sal, o Grupo de Afoxé Filhos de Gandhi e o Instituto dos Pretos novos, organizações culturais que mantêm uma agenda cultural e política para a preservação da memória e das tradições afro-brasileiras.

Quando confirmada a existência do sítio arqueológico e de sua importância como bem cultural e lugar de memória social da cidade, o IPHAN e a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro decidiram criar um espaço de exposição e visitação pública do sítio arqueológico escavado, estudado e denominado como “Sítio Arqueológico do Cais do Valongo” (Figura 03). Em 2015, as discussões sobre a patrimonialização do sítio em nível mundial se intensificaram e em janeiro de 2016 foi concluída a “Proposta de Inscrição na Lista do Patrimônio Mundial do Sítio Arqueológico Cais do Valongo”, pelo IPHAN e pela Prefeitura do Rio de Janeiro, e sua candidatura foi aceita para a Lista Indicativa da UNESCO em março do mesmo ano.

Com o objetivo de valorizar e dar legitimidade a essa importante região cultural da cidade, a justificativa apresentada pelo dossiê de candidatura reúne todos os registros históricos e argumentos acadêmicos que demonstram a importância material e simbólica da área como lugar de memória da cultura africana e da diáspora provocada pela escravidão no Brasil. De acordo com o historiador Alberto da Costa e Silva (IPHAN/PMRJ, 2016, p. 07),

o Cais do Valongo merece ser considerado pela UNESCO patrimônio da humanidade porque é o sítio de memória da escravidão mais completo que se conhece. Ele tem importância não apenas para a história brasileira e, portanto, para a nossa vida como nação, mas também para a história do mundo. dizia o escritor nigeriano Chinua Achebe que a história não é boa nem má; que a história é, e nós somos esta história, com seus momentos luminosos e demorados e terríveis pesadelos, como este que parecia interminável e que nos deixou como cicatrizes profundas monumentos como o valongo, monumentos vivos, que não precisam de nenhum texto a elucidá-los, que são pelo que são, e nos comovem pelas pedras que pisamos e pelas pedras que olhamos, pedras que receberam, depois de uma medonha viagem, os pés de muitos de nossos antepassados, e que contam um pouco desse longo capítulo trágico e espantoso da história dos homens sobre a face da terra.

Figura 03. Sítio Arqueológico do Cais do Valongo



Fonte: IPHAN/PMRJ, 2016

Embora os valores atribuídos na candidatura do Cais do Valongo a Patrimônio da Humanidade expressem legitimamente sua importância histórica,

memorial e simbólica para o Rio de Janeiro e para o país, é fundamental analisarmos as possíveis implicações da patrimonialização de um bem cultural de grande notoriedade numa área estratégica de refuncionalização e gentrificação, como o Porto Maravilha. Essa análise expressa a importância dos estudos geográficos no campo de pesquisa do patrimônio cultural, pois, ao discutirem os processos de ideologia espacial que envolvem o reconhecimento desse sítio como Patrimônio da Humanidade pela UNESCO, podem orientar o debate público acerca da apropriação social desse espaço e da manutenção dos valores atribuídos a esse bem por toda a sociedade.

A ideologia espacial associada ao processo de patrimonialização desse bem arqueológico pode ser observada por diversos olhares. Ao estudarmos atentamente o dossiê de candidatura, observamos as contradições entre os discursos, as aproximações de agentes responsáveis pelo processo e, sobretudo as intencionalidades pretendidas para a apropriação da área quando ocorrer o reconhecimento do bem como Patrimônio da Humanidade.

Analisando os protagonistas do processo de patrimonialização, constata-se que os movimentos políticos que marcaram os anos de 2015 e 2016 no Brasil² provocaram uma série de transformações estruturais e funcionais que influenciam diretamente o processo e candidatura do Cais do Valongo pelo IPHAN e pela Prefeitura do Rio, uma vez que o novo quadro de agentes ora vigente pode influenciar as relações diplomáticas e os interesses políticos que envolvem o reconhecimento desse bem pela UNESCO.

Da mesma forma, as narrativas apontadas no dossiê de candidatura que sustentam as justificativas e os valores atribuídos ao sítio arqueológicos são apresentadas por historiadores, arqueólogos e arquitetos, ou seja, a importância histórica e simbólica do bem a ser patrimonializado é apresentada segundo narrativas técnicas e acadêmicas. No documento assinado pelas instituições responsáveis pela candidatura, não existe nenhuma fonte ou registro de processos participativos ou da inclusão dos grupos culturais locais na elaboração do dossiê de candidatura e na participação no processo. Esse fato reitera as discussões sobre os fatores que influenciam os processos de patrimonialização no Brasil, como ideologias, tecnocracia e influências políticas (GONÇALVES, 1996; CHUVA, 2009; SANT'ANNA, 2015, FONSECA, 2005).

2 A crise política nesse período foi marcada por denúncias de corrupção no poder legislativo e executivo, seguidas por manobras políticas que acarretaram no processo de impeachment da presidente da República e, conseqüentemente, na substituição de todos os cargos do poder executivo, tanto de natureza política quanto técnica.

No entanto, a ideologia espacial que envolve a patrimonialização desse bem arqueológico fica evidente ao analisar o plano de gestão proposto pelas duas instituições públicas. Observa-se a divisão de atribuições definidas entre os agentes envolvidos e a nítida intenção de desenvolver atividades de natureza cultural e turística na área que envolve o bem a ser patrimonializado pela UNESCO. Segundo o documento,

Em paralelo, a partir de 2015 o SEBRAE/RJ vem implantando um projeto de capacitação dos empresários locais para o turismo de experiência na região. A proposta é que estes empresários de apropriem do valor histórico da Região e envolvam o turista em uma experiência de território. Este processo faz com que o turista consuma a cidade em sua totalidade e não entenda uma região turística considerando apenas os equipamentos turísticos tradicionais ali existentes. Faz parte da experiência visitar os pontos turísticos e depois almoçar em um restaurante que tenha um cardápio ou um prato afro-brasileiro, ou visitar um comércio que tenha identidade e mantenha sua tradição. A inscrição como patrimônio da humanidade irá potencializar esse número de visitantes, atraindo o grande número de turistas que desembarca na região pelos transatlânticos nos períodos de alta visitação turística. Na temporada 2013/2014 desembarcaram no porto turístico da cidade, 305.231 visitantes (Fonte: Anuário Estatístico do Turismo do Estado do Rio de Janeiro, 2014). A previsão é que uma parte considerável desse fluxo de visitantes passe pelo Sítio Arqueológico Cais do Valongo (IPHAN/PMRJ, 2016, p. 149)

Segundo os argumentos apresentados, constata-se claramente o interesse empreendedorista e econômico possibilitado pela patrimonialização do sítio e o protagonismo de investidores privados no desenvolvimento turístico da região. Ainda, a liderança na criação do roteiro cultural sobre a herança africana e na construção do futuro centro de interpretação do sítio arqueológico será de responsabilidade do Museu de Arte do Rio — M.A.R. — (IPHAN/PMRJ, 2016, p. 169) museu criado e mantido por meio de parceria público privada em 2013 e que se constitui em dos grandes marcos arquitetônicos e referenciais do programa Porto Maravilha.

A análise geográfica do processo de patrimonialização desse bem cultural de forte valor cultural e simbólico localizado numa área tradicional da cidade do Rio de Janeiro que se encontra em franco processo de transformação, revela as intencionalidades e os interesses de diferentes grupos ligados diretamente e indiretamente ao bem cultural envolvidos na disputa do território e na apropriação simbólica da paisagem local como atrativo turístico. Esta análise socioespacial se

constitui numa importante referência para os debates acerca da futura gestão do bem a ser patrimonializado, de forma a se evitar os impactos ambientais e culturais advindos da atividade turística e a exclusão da população local no desenvolvimento e apropriação da região.

Considerações Finais

A análise de processos e práticas atuais de planejamento, gestão e valorização de áreas dotadas de patrimônio histórico e cultural torna-se importante à medida que podemos identificar os problemas e gargalos que comprometem os resultados pretendidos pelas organizações públicas ou privadas responsáveis e pela sociedade, e assim dimensionarmos propostas e novas metodologias que insiram os bens culturais como elementos significativos no desenvolvimento das cidades brasileiras.

A turistificação do patrimônio cultural brasileiro, considerada durante algum tempo como a salvação para o abandono ou elitização dos bens culturais de natureza material e imaterial distribuídos pelo território, vem se demonstrando ineficaz e comprometida com os interesses mercantilistas dos grupos econômicos que atuam nas localidades e aceleram a transformação do patrimônio em objetos de consumo. No entanto observa-se, em alguns casos, o surgimento de outras expressões culturais não valorizadas pelos órgãos de patrimônio — grafite, músicas populares, artesanato e novas manifestações gastronômicas — que encontram nos espaços refuncionalizados a visibilidade e a oportunidade de reconhecimento de seu valor cultural.

O processo de redução narrativa imposto pelas intervenções olímpicas contribuiu para a fragmentação e distorção da diversidade e riqueza das relações socioespaciais que o Rio de Janeiro possui e que o consagraram como o grande destino turístico brasileiro e internacional. Os efeitos perversos da redução narrativa, praticado pelas políticas e ações do planejamento urbano e turístico consistem, sobretudo, na eficácia desses programas e na velocidade em que tais intervenções são incorporadas pelo imaginário dos turistas e moradores. Da mesma forma, através da associação direta da imagem projetada pelo marketing de cidades com a refuncionalização urbana, o espaço passa a ser elemento de visibilidade ideológica impregnando discursos de revalorização, segurança e civilidade.

No caso do Projeto Porto Maravilha, constatamos claramente a presença de uma redução narrativa. As ações ora implantadas, bem como a intensa veiculação das transformações no Porto na mídia nacional e internacional contribuem com uma percepção simbólica dessa área como uma narrativa possível para a totalidade da cidade, ou seja, uma nova ordem e uma nova dinâmica socioespacial que poderia se estender ao restante do território.

A análise geográfica da patrimonialização de bens culturais inseridos no processo de gentrificação como o Porto Maravilha evidencia os interesses entre os agentes envolvidos com a gestão cultural, política e econômica da região: o poder público municipal, as grandes empresas nacionais e transnacionais, a indústria cultural e órgãos de fomento ao empreendedorismo. Os diversos interesses observados se alinham, se contrastam e se opõem aos discursos presentes nas políticas de preservação do patrimônio cultural e de desenvolvimento urbano e turístico, indicando a complexidade e a necessidade de um maior debate e inclusão de grupos locais nos processos de gestão dessas áreas.

Referências

- ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos Ideológicos de Estado*. Rio de Janeiro: Graal, 1992.
- ARANTES, Otília Beatriz Fiori. *O Lugar da Arquitetura depois dos Modernos*. São Paulo: EDUSP, 1995.
- BERDOULAY, Vincent. *Les Idéologies comme Phénomènes Géographiques*. Cahiers de Géographie du Québec, vol. 29, no. 77, setembro 1985.
- _____. *Espaces Publics et Mise en Scène de la Ville Touristique*. Rapport Final de Recherche. Université de Pau et des Pays de L'Adour, outubro de 2005.
- _____. La Historia de la Geografía en el Desafío de la Prospectiva. *Boletín de la A.G.E.*, no. 51, pp. 09-23, 2009.
- BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. 12ª Edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.
- CHUVA, Márcia Regina Romeiro. *Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2009.
- EAGLETON, Terry. *Ideologia — Uma introdução*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista e Editora Bontempo, 1997.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2005.
- GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A Retórica da Perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; IPHAN, 1996.
- HARVEY, David. *A Condição Pós-Moderna*. 11ª ed., São Paulo: Edições Loyola, 2002.
- IPHAN/PMRJ. *Sítio Arqueológico Cais do Valongo — Proposta de Inscrição na Lista do Patrimônio Mundial*. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Dossie_Cais_do_Valongo_versao_Portuguesa.pdf. Acesso em setembro de 2016.
- MEYER, Regina Maria Prosperi et al. *São Paulo: Metrópole*. São Paulo: EDUSP: Imprensa Oficial do Estado, 2002.
- MICELLI, Sérgio. A Força do Sentido. Introdução de: BOURDIEU, Pierre. *A Economia das Trocas Simbólicas*. 6ª Ed. São Paulo: Perspectiva, pp. VII- LXI, 2009.
- PENNA, Nelba Azevedo. *Brasília: do espaço concebido ao espaço produzido*. A dinâmica de uma metrópole planejada. Tese de Doutorado. Tese apresentada ao curso de doutorado do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2000.
- PMRJ. *Porto Maravilha — Rio de Janeiro*. Portal do Programa. Disponível em: <http://www.portomaravilha.com.br/web/sup/OperUrbanaApresent.aspx>. Acesso em setembro de 2016.
- PORTAS, Nuno. As Políticas de Reforço das Centralidades. In: ASSOCIAÇÃO VIVA O CENTRO. *Os Centros das Metrôpoles: Reflexões e Propostas para a Cidade Democrática do séc. XXI*. São Paulo: Editora Terceiro Nome: Viva o Centro: Imprensa Oficial do Estado, 2001.
- ROSSETTI, Eduardo Pierrotti. *Brasília, 1959: a cidade em obras e o Congresso Internacional Extraordinário dos Críticos de Arte*. Arqtextos 111, agosto de 2009. Disponível em: http://www.vitruvius.com.br/arqtextos/arq111/arq111_03.asp. Acesso em setembro de 2016.

- SANT'ANNA, Márcia. *Da Cidade-monumento à Cidade-documento*. Brasília: IPHAN, 2015.
- _____. *A Natureza do Espaço*. Técnica e Tempo. Razão e Emoção. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1997.
- _____. *Por uma outra globalização*, do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- THOMPSON, John B. *Ideologia e Cultura Moderna: Teoria Social na Era dos Meios de Comunicação de Massa*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.
- VAINER, Carlos. Pátria, Empresa e Mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. In: ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia (orgs.). *A cidade do pensamento único — Desmanchando Consensos*. Petrópolis: Vozes, 2000, p 75-120.
- VESENTINI, José William. *Construção do espaço e dominação: considerações sobre Brasília*. In: Revista Teoria & Política, ano 2, n.7. São Paulo: Editora Brasil Debates, 1985, p. 102-121.

Sobre o autor

Marcelo Antonio Sotratti: Professor Adjunto do Departamento de Turismo do Instituto de Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IGEOG/UERJ) e docente do Programa de Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio do Instituto do Patrimônio Histórico, Artístico Nacional (PEP/IPHAN). Realiza pesquisas nas áreas de turismo e patrimônio cultural.

* * *

ABSTRACT

The “spacial ideology” associated to heritage procedures and the management of gentrification sites

This article discusses the concept of “spatial ideology” applied to heritage management, emphasizing those located in gentrification areas. It points out some important issues surrounding this concept, as the ideological appropriation of the symbolic content of the landscape surrounding the estate located in such areas, and the narrative reduction of speeches and images produced by the agents responsible for these processes. It also examines the role of tourism as a central element in these ideologies, in the economic development of these areas and in the interests of hegemonic groups involved.

KEYWORDS: ideology, cultural heritage, gentrification, landscape, tourism

RESUMEN

La “ideología espacial” en la patrimonialización y gestión de bienes culturales de sitios gentrificados

Este artículo aborda el concepto de “ideología espacial” aplicada a la patrimonialización de bienes culturales, sobretudo en los ubicados en zonas gentrificadas. En este sentido, el artículo señala algunas cuestiones importantes en torno a este concepto, como la apropiación ideológica del contenido simbólico del paisaje que rodea los bienes culturales situados en dichas zonas, y la reducción narrativa de la dinámica social y espacial de esos sitios, percibida en los discursos y en las imágenes producidas por los agentes responsables de estos procesos. También examina el papel del turismo como un elemento central en la afirmación de estas ideologías y cómo un uso estratégico en el desarrollo económico de estas zonas y en los intereses de los grupos hegemónicos involucrados.

PALABRAS CLAVE: ideología, patrimonio cultural, gentrificación, paisaje, turismo

 **BCG:** <http://agbcampinas.com.br/bcg>